

'Sem mim haveria uma ditadura'

Sarney diz que, se na Presidência não estivesse alguém com a sua paciência, haveria no País ditadura ou terrorismo

CARLOS CHAGAS

Se não estivesse na Presidência da República um homem com o seu temperamento, o País estaria na ditadura ou no terrorismo. Sendo o presidente mais combatido de toda a crônica da República, está conseguindo manter um dos períodos de mais liberdade e prática democrática de todos os tempos. Não guarda mágoas nem ressentimentos, mas está profundamente preocupado com a tentativa de setores constituintes em socializar a economia brasileira. O Brasil jamais será um país socialista, até por razões geopolíticas. Mas tem gente que não aprende as lições da História. O período João Goulart está aí para qualquer um ver. O PMDB deveria dar-lhe sustentação, mas não deu. Dividiu-se e criou a instabilidade política. Vivemos uma crise estrutural, na economia, que nenhum Messias fará o milagre de resolver da noite para o dia. O capital estrangeiro parou totalmente de entrar no Brasil e não dispomos de poupança interna para continuar a crescer.

Essas declarações foram feitas pelo presidente José Sarney em conversa no Palácio do Planalto, ontem. O presidente também disse que não pode ser o único cidadão brasileiro cassado e que não está impedido de opinar sobre o projeto de nova Constituição, que considera perigoso em muitos aspectos. Mesmo assim, cumprirá a nova Carta, venha como vier, até mesmo se estabelecer o parlamentarismo, que não é parlamentarismo, mas "assembleísmo".

Qual a sua disposição para governar durante o ano e três meses finais de seu mandato, se o plenário da Assembléia Nacional Constituinte confirmar os quatro anos? Inicialmente uma nova fase de governo?

Tenho exercido meu mandato com determinação, sabendo ser missão muito difícil, mas que deve chegar ao fim. Daí eu ter comentado, dias atrás, que renúncia é palavra ausente de meu dicionário. As linhas mestras de meu governo foram adotadas faz muito. Não há por que dividi-lo em fases. Continuarei a governar como tenho feito até agora.

No setor político, que me parece a parte mais importante, cabe-me concluir a transição democrática dentro da normalidade. Nunca houve tanta liberdade no País, garantida pelo governo. Não tem sido fácil. Existem dificuldades. Quando se diz que a Presidência da República não ocupou a faixa política que deveria ocupar, é bom lembrar ter sido essa faixa ocupada pela Assembléia Na-

cional Constituinte. É singular o fato único na História, esse de um governo constitucional e constituído conviver com uma Assembléia Nacional Constituinte. Nunca aconteceu no Brasil. Fica difícil, especialmente porque a Assembléia Nacional Constituinte não está sintonizada com o presidente da República. Falta um partido político para orientá-la, bem como, ao presidente, um que lhe dê respaldo. Assim, a Constituinte ocupou uma faixa política e ocupou todos os poderes. Ela está acima do Executivo, do Judiciário e do Legislativo.

O PMDB deveria ser um partido capaz de dar sustentação ao presidente da República. Não deu. Dividiu-se. Sob o ponto de vista político, tornou a Assembléia Nacional Constituinte uma indefinição de rumos. Criou essa instabilidade política que se estendeu a todo o País.

Por tudo o que o senhor disse, há perigo para as instituições democráticas?

Sem fazer elogio pessoal, se não estivesse na Presidência da República um homem com o meu temperamento, paciência, compreensão e responsabilidade, o País estaria na ditadura ou no terrorismo.

Como se definiria como presidente?

Sou o presidente mais combatido em toda a crônica da República. Não tenho um dia de trégua, atacado por todos os setores. O capital e o trabalho combatem meu governo. As minhas virtudes passam a ser os meus defeitos.

Guarda mágoas e ressentimentos por grupos ou por pessoas?

Não. Absolutamente. Deus tem sido tão generoso comigo que não tenho o direito de ter mágoas ou ressentimentos. Muito menos ódio. Esses sentimentos destroem as pessoas. Sou cristão de corpo inteiro. E, repito, incapaz de ter ódio.

Por que é tão combatido um governo que fez a opção pelo social?

O meu governo inovou muito no plano social, tomado como prioritário. Contrariou interesses. Estamos procurando aumentar o percentual do produto interno bruto a ser investido no setor social. Esse é um ponto que marcará minha administração. Um ponto que meus sucessores não poderão abandonar. Refiro, dentro do social, à mobilização da comunidade, um fato inegável. Temos hoje centenas de milhares de comunidades mobilizadas em torno de projetos a elas destinados, coisa extremamente importante em termos políticos. Aí estão os programas de suple-



Sérgio Borges

Sarney diz que PMDB não abriga governo nem Constituinte

mentação alimentar, atingindo o País inteiro.

Estamos em nosso pior momento econômico?

Na área econômica vivemos um período muito difícil, mas começamos com maiores dificuldades ainda, sobretudo porque as finanças públicas não estavam totalmente ordenadas no País. A ordenação coube ao meu governo. Essas coisas passam despercebidas do público. Não têm visibilidade maior. É bom lembrar que quando eu assumi a presidência da República o Brasil não tinha um orçamento unificado. As contas públicas estavam totalmente desorganizadas. Desenvolvemos um traba-

hem. Temos um problema gravíssimo: falta-nos poupança tanto interna quanto externa. Não há poupança estatal e temos recorrido à poupança privada em níveis situados em torno de 16 ou 17%. É insuficiente. Não atende às nossas necessidades de crescimento. Esse é um problema estrutural. Nenhum Messias para o milagre de afastá-lo do dia para a noite.

Por que a poupança externa fugiu?

O capital estrangeiro parou totalmente de entrar no Brasil. Hoje, somos exportadores de capital líquido. Não se registrou a entrada de um dólar líquido no País, durante todo o meu governo. Essa situação não é apenas brasileira; é internacional. Envolve todas as nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. O mercado para os capitais estrangeiros está fechado e as perspectivas são sombrias para todos. Temos fome de investimentos externos e eles desapareceram. Não há passe de mágica para mudar rapidamente essa situação, que coincide e corresponde com o meu período de governo. Aí estamos, diante da dívida externa, da dívida interna e da crise internacional que fechou os centros exportadores de capital. Não existe país que não sofra os efeitos do que vai ocorrendo, uma crise mundial.

Há poucos dias o senhor recebeu de Saulo Ramos, consultor-geral da República, minucioso trabalho de crítica ao projeto de Constituição agora apreciado na Assembléia Nacional Constituinte, onde são apontados "erros, absurdos, despropósitos e tentativas de socializar a economia brasileira". Concorde com essas críticas?

O trabalho de Saulo Ramos foi elaborado mais pelo jurista do que pelo consultor-geral da República. Ele fez as observações que todo mundo, como cidadão, tem direito de fazer. É prerrogativa de todos discutir o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, e ela não poderia esperar estar fazendo uma obra imune às críticas. Saulo Ramos é um dos maiores juristas que temos no País. Seu trabalho focalizou aspectos que temos de discutir, aspectos polêmicos. Realmente não entendo os que pretendem criar uma Constituição que socializa a economia. Trata-se de um perigo e de uma aventura, e ninguém pode ser impedido de opinar a respeito. Muito menos o presidente da República, que alguns pretendem transformar no único cidadão brasileiro cassado, pois impedido de manifestar-se a respeito dos trabalhos constituintes.

Saulo Ramos escreveu que a redução de seu mandato para quatro anos é um golpe de Estado. O que diz a respeito?

Acho que esse é um ponto mais político do que jurídico. Não desejo opinar. Posso vir a ser mal interpretado.

Fala-se do seu propósito de governar até o final de seu mandato exclusivamente voltado para a administração, desligando-se da política.

Jamais deixarei de ser político. Não posso. A política só tem uma porta, a de entrada. Não tem saída.

Como se comportará quando aberta a sucessão presidencial? Terá candidatos?

Mas, se os partidos ainda não têm candidatos, como posso antecipar-me a eles?

Há mesmo risco de virarmos um país socialista, por força da nova Constituição?

Há pessoas que não aprendem com a História. Veja o período João Goulart. Basta olhar para qualquer mapa do Brasil, mesmo aquele colocado na parede ao lado dos filtros d'água, nas escolas primárias. Qualquer um percebe que o Brasil jamais será socialista, quando nada por questões geopolíticas. Insistir nisso é perigoso.

Tem saída? A nova Constituição condena-se a ser mesmo ruim?

A reação do chamado Centrão constituiu um evento feliz. E totalmente espontâneo. Não se pode alijar a maioria parlamentar das decisões importantes, especialmente a de votar uma nova Constituição.

Supondo que a Constituinte aprove uma série de fantasias e despatérios, a começar pelo parlamentarismo, como o senhor se comportará?

Cumprirei a nova Constituição, qualquer que venha a ser. Espero que possa ser a melhor possível, mas não me caberá discuti-la ou contestá-la, uma vez promulgada. Se porventura adotado o parlamentarismo, lamentarei muito, pois ele nos levará à crise institucional, tal como se encontra disposto no projeto da Comissão de Sistematização, dividindo poderes e prerrogativas entre o presidente da República e o primeiro-ministro, num verdadeiro conflito de atribuições. Não é parlamentarismo o que se propõe, mas "assembleísmo". A dissolução da Câmara dos Deputados fica quase impossível; o presidente da República é eleito pelo voto direto, não há o voto distrital. Mas se for aprovado esse sistema, irei cumpri-lo.